



## TERMO DE JULGAMENTO

### 1. PREÂMBULO

---

#### DECISÃO DO PREGOEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 109929 - DETRAN/GO**

**PROCESSO: 202400005040095**

**OBJETO:** Serviços continuados de vigilância armada 12x36 diurno e noturno, com fornecimento de profissionais uniformizados e instrumentos de trabalho, pelo período de 60 (sessenta) meses.

**RECORRENTE: GUEPARDO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.664.169/0001-53.

### 2. DA TEMPESTIVIDADE

---

O recurso interposto pela empresa **GUEPARDO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA**, foi protocolado dentro do prazo estipulado no edital, conforme determina o art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece que a intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e as razões recursais devem ser apresentadas dentro do prazo de três dias úteis após a publicação do ato impugnado.

O registro eletrônico no sistema SISLOG demonstra que a empresa protocolou sua manifestação dentro do prazo, dia **11/04/2025 às 16:35:23**, garantindo a admissibilidade do recurso para análise. Além disso, foi respeitado o prazo subsequente para apresentação de contrarrazões pelas demais empresas, garantindo o princípio do contraditório e da ampla defesa.

### 3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE EMPRESA GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

---

*(Em síntese)*

*Recebimento e processamento das razões recursais, por serem tempestivas e fundamentadas nos termos do edital e da legislação aplicável.*

*Concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, para que seja suspensa a decisão que declarou a empresa Office Segurança Ltda como vencedora do certame, até decisão final da autoridade competente. Desclassificação da proposta da empresa Office Segurança Ltda, tendo em vista que:*

*Baseou sua planilha de custos na CCT de 2023, já expirada, contrariando expressa orientação do edital e do pregoeiro, que determinavam a observância da CCT de 2024;*

*Apresentou proposta inexecutável, com vícios insanáveis;*

*Violou os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia e competitividade;*

*Está em recuperação judicial, o que agrava o risco de inadimplemento contratual e possíveis responsabilidades subsidiárias à Administração Pública.*

*Determinação da continuidade do certame, com reavaliação das propostas remanescentes, caso o recurso seja provido.*

*Na hipótese de indeferimento do recurso, que seja a Recorrente intimada formalmente, para que possa exercer os meios recursais cabíveis, inclusive pela via judicial.*

Os pleitos da empresa estão disponíveis integralmente junto aos documentos da contratação nº **109929** no site [sislog.go.gov.br](http://sislog.go.gov.br), bem como no site do PNCP e [detran.go.gov.br](http://detran.go.gov.br).

#### **4. DAS CONTRARRAZÕES EMPRESA -OFFICE SEGURANÇA LTDA- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

---

*(Em síntese)*

*A proposta da empresa Recorrida foi elaborada com base na CCT de 2024, conforme expressamente previsto no edital e nas planilhas anexas disponibilizadas pela Administração. A própria empresa, diante de possível dúvida, apresentou pedido de esclarecimento ao pregoeiro, sendo confirmado que os valores adotados pelo DETRAN/GO estavam baseados na CCT de 2024.*

*Adotar a CCT de 2025 violaria os limites orçamentários da Administração, podendo inclusive ensejar a desclassificação da proposta por excesso de preço, contrariando o art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021.*

*O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impede que qualquer interpretação baseada em mensagens informais substitua o que está formal e claramente estabelecido no edital e seus anexos. Assim, a pretensão da recorrente de alterar o critério de avaliação com base em mensagem de chat não encontra respaldo legal.*

*A inexecuibilidade não pode ser presumida. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1791/2012 – Plenário) exige comprovação técnica objetiva, o que não foi apresentado pela Recorrente. Nenhum item da proposta foi identificado como abaixo dos pisos legais ou em desacordo com os parâmetros exigidos.*

*A alegação de que a situação de recuperação judicial comprometeria a proposta é discriminatória e juridicamente descabida. A empresa atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, sendo sua situação fiscal e jurídica compatível com a contratação pública, conforme prevê a própria Lei n.º 14.133/2021.*

*Diante do exposto, requer-se a Vossa Senhoria:*

*O indeferimento total do recurso administrativo interposto pela empresa GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA;*

*A manutenção da habilitação da OFFICE SEGURANÇA LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL como vencedora do certame;*

*O prosseguimento regular do processo licitatório, com a adjudicação e posterior homologação da proposta vencedora, respeitando-se os princípios da legalidade, vinculação ao edital, isonomia e vantagem para a Administração Pública.*

Os pleitos da empresa estão disponíveis integralmente junto aos documentos da contratação nº **109929** no site [sislog.go.gov.br](http://sislog.go.gov.br), bem como no site do PNCP e [detran.go.gov.br](http://detran.go.gov.br).

#### **5- DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA**

---

Instada a se manifestar, a área técnica, demandante da contratação e cuja equipe de apoio consta da Portaria de designação de funções, com as seguintes atribuições legais, segundo o Decreto nº 10.216/2023, foi lavrado o seguinte parecer:

*(Em síntese)*

*Considerando a Contrarrazão apresentada pela empresa OFFICE SEGURANÇA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em 15 de abril de 2025 (Documento nº 170270), essa Equipe Técnica acolheu as contrarrazões, tendo em vista que após a análise minuciosa e detalhada da proposta apresentada pela mesma, na qual foi acostada aos autos da Contratação na data de 07 de abril de 2025, observou-se e ficou evidenciado que nas páginas 10 e 13 (157278) foi demonstrada a utilização da CCT 2024.*

## 6. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

A empresa **OFFICE SEGURANÇA LTDA** apresentou proposta com base nos parâmetros salariais e encargos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2024, observando o limite estimado no edital e atendendo, de forma coerente, aos requisitos do item 8.3 do Termo de Referência. Dessa forma, sua proposta está em conformidade com:

1. o Termo de Referência;
2. o orçamento oficial do certame;
3. o esclarecimento vinculante publicado antes da fase de lances.

Por outro lado, a empresa **GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** desconsiderou o esclarecimento vinculante emitido pela área técnica (resposta ao pedido de esclarecimento – Documento SISLOG-145372-transcrito pelo pregoeiro em 28/02/2025. Embora o item 8.3 do Termo de Referência mencione a “CCT vigente”, o entendimento jurídico adequado é o constante do referido esclarecimento, que estabeleceu, de forma justificada e autorizada, a adoção da base orçamentária previamente definida.

Destaca-se que tanto o artigo 39 do Decreto Estadual nº 10.247/2023 quanto o artigo 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 impõem a desclassificação de propostas que ultrapassem o valor estimado.

Ademais, a proposta da empresa **OFFICE SEGURANÇA LTDA- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** não pode ser considerada inexecutável, uma vez que está compatível com o orçamento-base validado. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento (Acórdão nº 1791/2012 – Plenário) de que a inexecutabilidade não se presume, devendo ser comprovada por elementos objetivos, o que não ocorreu no presente caso.

## 7. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, conheço o recurso interposto pela empresa **GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, mas, no mérito, **nego-lhe provimento**, mantendo a decisão de classificação da empresa **OFFICE SEGURANÇA LTDA- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, em atenção à lisura do certame, ao julgamento regular e isonômico, e à segurança jurídica da Administração Pública.

Por conseguinte, com fundamento no artigo 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, encaminho os presentes autos ao Presidente desta Autarquia para decisão quanto à **ratificação** da presente decisão.

GOIANIA, aos 16 dias do mês de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO MARTINS FERNANDES, Pregoeiro (a)**, em 16/04/2025, às 13:56, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **73421425** e o código CRC **EF39F9B3**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS  
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, , - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA -  
GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202400005040095



SEI 73421425



## TERMO DE JULGAMENTO

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 96/2024 - DETRAN/GO**

**SISLOG 109929 - PROCESSO: 202400005040095**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA.**

Considerando o Despacho n. 68/2025 da Gerência de Compras Governamentais (73422852), expediente pelo qual o pregoeiro encaminha os presentes autos para conhecimento e julgamento do recurso interposto pela empresa **GUEPARDO VIGILÂNCIA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ n. 20.664.169/0001-53** (73422242), no âmbito do Pregão Eletrônico n. 096/2024, que tem como objeto Prestação de Serviços nos postos de vigilância Armada;

Conforme decisão do Pregoeiro, no Termo de Julgamento (73422779), o recurso da empresa foi conhecido e desprovido no mérito:

A empresa **OFFICE SEGURANÇA LTDA** apresentou proposta com base nos parâmetros salariais e encargos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de 2024, observando o limite estimado no edital e atendendo, de forma coerente, aos requisitos do item 8.3 do Termo de Referência. Dessa forma, sua proposta está em conformidade com:

1. o Termo de Referência;
2. o orçamento oficial do certame;
3. o esclarecimento vinculante publicado antes da fase de lances.

Por outro lado, a empresa **GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA** desconsiderou o esclarecimento vinculante emitido pela área técnica (resposta ao pedido de esclarecimento — Documento SISLOG-145372- transcrito pelo pregoeiro em 28/02/2025. Embora o item 8.3 do Termo de Referência mencione a “CCT vigente”, o entendimento jurídico adequado é o constante do referido esclarecimento, que estabeleceu, de forma justificada e autorizada, a adoção da base orçamentária previamente definida.

Destaca-se que tanto o artigo 39 do Decreto Estadual n° 10.247/2023 quanto o artigo 59, inciso III, da Lei n° 14.133/2021 impõem a desclassificação de propostas que ultrapassem o valor estimado.

Ademais, a proposta da empresa **OFFICE SEGURANÇA LTDA- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** não pode ser considerada inexecutável, uma vez que está compatível com o orçamento-base validado. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento (Acórdão n° 1791/2012 — Plenário) de que a inexecutabilidade não se presume, devendo ser comprovada por elementos objetivos, o que não ocorreu no presente caso.

Diante do exposto, conheço o recurso interposto pela empresa **GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, mas, no mérito, **nego-lhe provimento**, mantendo a decisão de classificação da empresa **OFFICE**

**SEGURANÇA LTDA- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, em atenção à lisura do certame, ao julgamento regular e isonômico, e à segurança jurídica da Administração Pública.

Neste cenário, apoiando-se na manifestação da área técnica, que detém a expertise necessária ao presente certame e que se manifestou conforme Parecer Técnico (73422347) e, com base nas informações extraídas dos julgamentos supracitados, nos termos do § 2º, artigo 165 da Lei 14.133/2021, **acolho/ratifico** integralmente a decisão do pregoeiro, por suas próprias razões e fundamentos, **conhecendo e negando provimento** ao recurso interposto pela empresa **GUEPARDO VIGILÂNCIA E VIGILÂNCIA EIRELI**, CNPJ n. **20.664.169/0001-53**, considerando, pois, a empresa **OFFICE SEGURANÇA LTDA- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ n. **24.610.152/0001-19**, vencedora do certame.

Retornem-se os autos à Gerência de Compras Governamentais, para conhecimento e providências subsequentes.

GOIÂNIA, aos 23 dias do mês de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR SOARES DE OLIVEIRA, Presidente**, em 23/04/2025, às 11:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **73438547** e o código CRC **A1392BCC**.

GABINETE DO PRESIDENTE  
AVENIDA ENGENHEIRO ATÍLIO CORREIA LIMA 1875 Qd.. Lt., . - Bairro CIDADE JARDIM -  
GOIANIA - GO - CEP 74425-901 - (32)3272-8002.



Referência: Processo nº 202500025061547



SEI 73438547